

Especial



DWUlgfr,fo

Economia e reciprocidade, uma equação possível



Agência Reuters

BENS RELACIONAIS Os efeitos do fenômeno da globalização na sociedade atual estão levando os economistas a resgatarem a finalidade social da atividade econômica. Nesta linha, os estudos sobre a economia civil, que se fundamenta no princípio da reciprocidade, têm tido um destaque especial

Fernanda Pompermayer

O que a economia tem a ver com a felicidade das pessoas? Como integrar atividade econômica com bem comum, equidade e justiça social? Como conjugar produção de riqueza e distribuição de renda? Nas últimas décadas, estas questões vêm sendo discutidas amplamente nos círculos acadêmicos e têm suscitado as mais diversas respostas, que vão desde uma acirrada crítica ao mercado à ideia de que ele ainda não produziu seus efeitos porque seus instrumentos não foram levados suficientemente a sério. São respostas que não satisfazem o desafio de transformar a economia num instrumento de construção do bem-estar social.

Um grupo de pesquisadores de economia de diversas partes do mundo afirma que a economia deve resgatar a sua raiz, ou seja, voltar à sua origem: ao conceito de reciprocidade. Nesse sentido, há um processo de retorno aos primórdios da economia como ciência. Este processo surge no século XVIII, quando surgiu a ideia de “economia civil”: um modelo econômico cujo fim último é a realização integral do homem e a sua felicidade.

Em agosto deste ano, a Editora Cidade Nova publicou um importante livro de dois professores de economia, os italianos Luigino Bruni e Stefano Zamagni: “Economia civil: eficiência, equidade, felicidade pública”, que refaz o percurso histórico da experiência econômica do Ocidente, mostrando como os seus

fundamentos estão na experiência cristã de amor ao próximo e como é preciso recuperar essa relação entre produção de riquezas e fraternidade.

É sabido que o bom funcionamento da economia baseia-se na produção de riquezas, com a maior eficiência possível. Esse princípio é e foi válido para os mais diversos sistemas econômicos e políticos; seja nos países onde a produção, a geração de emprego, de renda e de desenvolvimento cabe à iniciativa privada, seja naqueles onde o Estado assumiu os meios de produção e, conseqüentemente, a tarefa de distribuir a riqueza de forma igualitária. Em ambos os casos, temos uma experiência vivida em dois tempos: primeiro a riqueza é acumulada e, depois, repartida.

Quem se interessa pelo estudo da economia conhece a célebre afirmação do filósofo escocês Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, de que o mercado funciona como uma “mão invisível”, que conduz os agentes econômicos para uma situação favorável do ponto de vista da eficiência e da produção de riqueza.

De fato, com o tempo o mercado foi afirmando seus princípios reguladores da ordem social. Entre estes, os estudiosos identificam dois princípios fundamentais: o contrato (através da troca de equivalentes, ou seja, para comprar um produto deve-se pagar o preço que ele vale) e a redistribuição da riqueza, que deveria garantir a equidade.

Mas a questão que os economistas se põem agora é se o mercado conse-

guiu realmente realizar a equidade a que se propunha. E se, em função disso, esse sistema econômico é capaz de produzir felicidade pública. Uma questão que está relacionada com outra: a do individualismo – marca registrada das relações econômicas num sistema de mercado, no qual o interesse individual é elevado à condição de motor da eficiência e da produção de riquezas.

Retorno às origens

A maioria das pessoas desconhece o fato de que, paradoxalmente, as primeiras estruturas econômicas, como os bancos, por exemplo, surgiram, na Idade Média, nada mais nada menos do que com os franciscanos: uma família religiosa que tem a pobreza e o desprendimento dos bens materiais como pontos centrais do próprio estilo de vida. Esses religiosos criaram a primeira estrutura bancária visando auxiliar os mais pobres, por meio de empréstimos, financiamentos e ajuda financeira.

No século XVIII, no período conhecido como iluminismo italiano, um grupo de estudiosos – economistas, moralistas, filósofos, professores de ética – tentou mergulhar nessas raízes humanistas da atividade econômica. Entre estes, Antonio Genovesi teve um destaque especial. Com a publicação da obra “Lições de economia civil” (1765), o professor de ética e de filosofia da Universidade de Nápoles – que ficou conhecido como o pai da ciência econômica – apresentou uma



Eduardo de Oliveira

concepção de mercado que tinha como ponto central a reciprocidade. Desse modo, ele contestava uma visão da economia marcada apenas pelas trocas impessoais, anônimas e sem vínculos comunitários.

Para Genovesi – assim como para outros teóricos da economia como Ferdinando Galiani, Gaetano Filangieri, Giovanni Battista Vico, Pietro Giannone –, a economia civil não é algo à margem do mercado, mas resgatava a sua finalidade prioritária. Isso porque, para a economia civil, o lucro não é o único objetivo da atividade econômica – embora sendo necessário –, mas convive com outros valores humanos e, sobretudo, com a reciprocidade. Essa reciprocidade é geradora de laços de confiança que, segundo esses estudiosos, são a condição para o desenvolvimento econômico. Filangieri chegou a afirmar que “a confiança é a alma do comércio”.

Segundo Bruni, a reciprocidade “consente às pessoas confiar nos outros, ir além do próprio dever, por se sentirem parte de uma realidade que ultrapassa o entrelaçamento de interesses meramente instrumen-

Stefano Zamagni (à esquerda) e Luigino Bruni (à direita), autores do livro “Economia civil: eficiência, equidade, felicidade pública”, lançado no Brasil pela Editora Cidade Nova

tais”, ou seja, o lucro, por parte do empresário, e a remuneração, por parte do empregado.

Economia e felicidade

A produção de riquezas tem garantido a felicidade pública? Esta é outra questão levantada pelo estudo da economia civil e ressaltada na obra de Zamagni e de Bruni. Segundo estes autores, o bem-estar econômico pode ser fonte de felicidade se estiver ligado aos outros valores evidenciados pela economia civil como a relacionalidade e a reciprocidade, por exemplo. Para justificar esse ponto de vista, Bruni se reporta a uma ideia desenvolvida pelo economista italiano Luigi Einaudi (1874-1961), que via o acesso aos bens de consumo como uma parábola: até atingir o seu ponto mais alto, o “ponto crítico”, os bens nos



Caris Mendes

deixam mais felizes, pois respondem às nossas necessidades básicas. Mas ao atingir o cume da parábola, entra-se num processo decrescente, no qual a riqueza deixa de trazer bem-estar (= felicidade) e passa a não satisfazer mais as aspirações humanas, que são mais elevadas do que o simples desejo de consumir.

Para explicar a relação entre riqueza e felicidade, Bruni se refaz

Economia de Comunhão

Em 1991, numa de suas visitas ao Brasil, Chiara Lubich lançou o projeto Economia de Comunhão (EdC). Seu objetivo principal era criar uma rede de empresas que destinassem parte de seus lucros aos pobres e à promoção de relações pessoais e sociais fundamentadas no amor evangélico. Desse modo, Chiara relacionava a atividade econômica à promoção da fraternidade entre os homens.

As principais ideias apresentadas por ela para o projeto EdC foram:

- ▶ Criar empresas administradas por pessoas competentes, a fim de serem capazes de produzir lucro;
- ▶ Partilhar esse lucro, segundo três finalidades: responder às necessidades básicas dos pobres; formar “homens novos”, ou seja, pessoas abertas à solidariedade e à comunhão fraterna, indispensáveis para a transformação da sociedade; reinvestir parte dos lucros na própria empresa, para garantir o seu desenvolvimento;
- ▶ A partir da experiência da EdC, elaborar uma doutrina econômica inovadora, menos individualista e mais aberta às relações solidárias.

Outras informações no site www.edc-online.org

Uma Bolsa de Valores para o Terceiro Setor

Em palestra recente, depois de evidenciar a importância das iniciativas econômicas do Terceiro Setor para a consolidação dos princípios da economia civil, o professor Stefano Zamagni declarou que entende criar, em 2011, na Itália, uma Bolsa de Valores Social, voltada exclusivamente para o Terceiro Setor.

Essa Bolsa não teria uma finalidade especulativa, mas deveria aportar recursos para organizações, cooperativas e associações que têm a promoção social com objetivo principal. As entidades contempladas pagariam no máximo 5% de juros ao ano pelos empréstimos requeridos e o lucro obtido seria reinvestido sempre em atividades com fins sociais.

O economista vê uma relação triangular entre Estado, mercado e sociedade civil, que devem agir de forma integrada. Daí a necessidade de uma Bolsa Social.

também a um exemplo que o israelense Daniel Kahnemann, Prêmio Nobel de Economia em 2002, teorizou: o da esteira rolante. Ele explica: se temos uma renda baixa e adquirimos um automóvel popular, experimentamos um certo nível de bem-estar. Quando a nossa renda aumenta, sentimos a necessidade de comprar um carro mais sofisticado, que também nos proporcionará um prazer limitado. Em outras palavras, quanto mais temos, mais necessidades criamos, ficando eternamente insatisfeitos. “É como uma esteira rolante, na qual corremos, mas na realidade estamos parados porque também a esteira corre sob os nossos pés”, diz Bruni.

O princípio da comunhão

Segundo Ricardo Abramovay, professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), a economia civil abre a possibilidade de que movimentos sociais, cidadãos e ONGs influam de maneira significativa na própria forma e no comportamento do sistema econômico atual. Nessa linha, ele apresenta a Economia de Comunhão (ver quadro) como uma importante vertente da economia civil, porque retoma de

forma determinante o conceito de reciprocidade, inserindo-o na economia de mercado.

Lançada em 1991 por Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão (EdC) nasceu com o objetivo de destinar parte do lucro das empresas para ajudar a superar a pobreza. Mas não de forma assistencialista. Essa iniciativa se insere numa experiência de fraternidade e de comunhão desenvolvida há mais de 60 anos pela comunidade dos Focolares, na qual ricos e pobres participam igualmente, de forma individual e comunitária, da comunhão de bens.

Em 1999, num discurso na sede do Parlamento Europeu, em Estrasburgo (França), Chiara Lubich evidenciou o quanto a experiência da EdC está fundamentada no amor, que é a raiz de toda e qualquer experiência de reciprocidade. Ela disse: “Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a Economia de Comunhão é a

economia do dom – ou da partilha. Isso pode parecer difícil, árduo, heroico. Mas não é assim, pois o homem, criado à imagem de Deus que é amor, encontra a própria realização justamente em amar, em doar-se. Essa exigência reside no mais íntimo do seu ser”.

Relacionando a atividade econômica à exigência profunda de amar, que toda pessoa traz em si, Chiara apresenta outro aspecto importante da relação entre economia e felicidade, proposto pela economia civil: a relação entre economia e gratuidade.

Embora totalmente inseridas numa economia de mercado, as empresas que aderem à EdC – atualmente mais de 300 nos cinco continentes – têm como valor primordial os bens “relacionais”, ou seja, a prática da fraternidade, no dia a dia da atividade econômica, como base dos relacionamentos entre diretores e funcionários, entre os

próprios funcionários, entre os agentes das empresas com os clientes, fornecedores e, inclusive, com os concorrentes. Para essas empresas, a relação é um bem intangível, não contabilizável, mas que constitui um de seus maiores patrimônios.

Muitas dessas empresas estão reunidas em polos empresariais – são nove em todo o mundo – e são vistas como um sinal de que é possível para a atividade produtiva estar diretamente ligada ao princípio da fraternidade, confirmando, assim, o princípio básico da economia civil de que o objetivo último da atividade econômica é a promoção do bem-estar social e da felicidade pública. ■

